

Prezados(as) Senhores(as),

Boa tarde!

Solicitamos de V.Sas. o especial obséquio de enviar, com a brevidade que a situação requer, resposta aos questionamentos abaixo:

ITEM 35 – NOTEBOOK

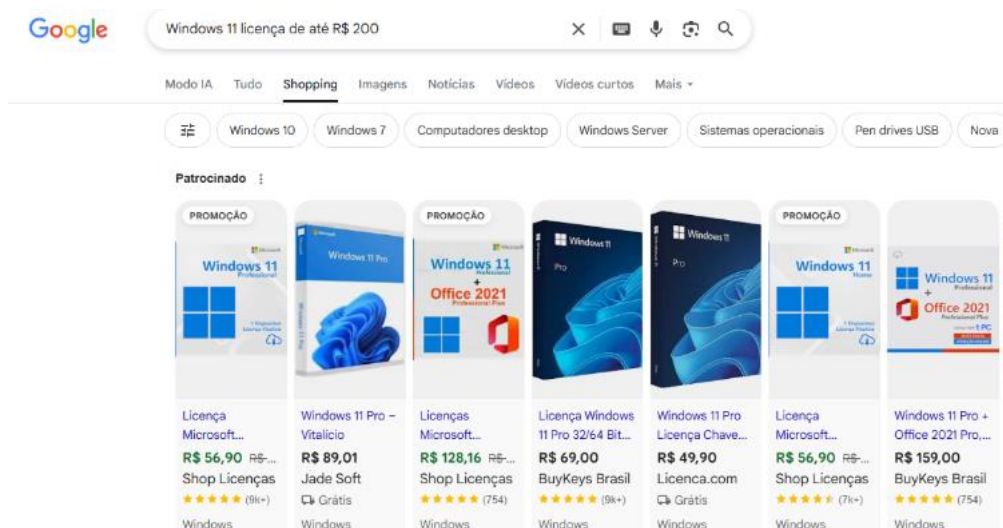
Questionamento 01 para o Item 35:

Windows

A prática do uso de software pirata ou conteúdo não legalizado, é um crime previsto na Lei 9.609 / 1998 que protege a propriedade intelectual no Brasil e prevê multa de até 10 vezes o valor original por licença do software. Há ainda outros processos administrativos e judiciais que podem ser movidos contra o usuário do software e conteúdo não legalizado, incluindo as penalizações previstas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- nº 13.709/2018.

Diante do crescimento do mercado cinza, a utilização de licenças não originais está também em ascensão. Considerando todas as repercussões técnicas, cíveis e criminais que tais utilizações indevidas ensejam, entendemos que esse órgão adotará exigências e diligências de forma a garantir que receberá produtos com licenças oficiais do sistema operacional Windows.

Conforme disposto no Termo de Referência deste edital, é solicitado que possua instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR). Dessa forma, é imprescindível que o valor correspondente a essa exigência esteja devidamente considerado na composição da proposta e valor estimado. Apenas a título de informação, a licença do Windows 11 Professional para uso corporativo na configuração solicitada no Edital, acrescenta ao preço final do equipamento com os impostos incidentes, algo em torno de R\$ 1.000,00, ao passo que diversos anunciantes comercializam licenças não originais por valores irrisórios, abaixo de R\$ 100,00. Ver exemplos na imagem a seguir:



Sendo assim, para fins de comprovação de que o sistema operacional foi licenciado na modalidade OEM original da Microsoft, entendemos que somente serão aceitos equipamentos

cujá licença do sistema operacional possua chave da licença (BIOS OEM Key) do sistema operacional Microsoft Windows OEM gravada na BIOS do equipamento. A comprovação poderá ser efetuada usando uma ferramenta de software que demonstre esta característica ou através do comando nativo do sistema operacional "slmgr -dlv".

Além disso, para garantir o fornecimento adequado dos computadores devidamente licenciados, entendemos que poderá ser exigida a apresentação dos seguintes documentos/comprovações:

- Declaração do fabricante da marca dos equipamentos, atestando a instalação de sistema operacional Windows 11 Professional OEM embarcado de fábrica;
- Declaração da Microsoft Brasil atestando que o fabricante adquire licenças originais diretamente da Microsoft ou através dos distribuidores autorizados.

Nosso entendimento está correto?

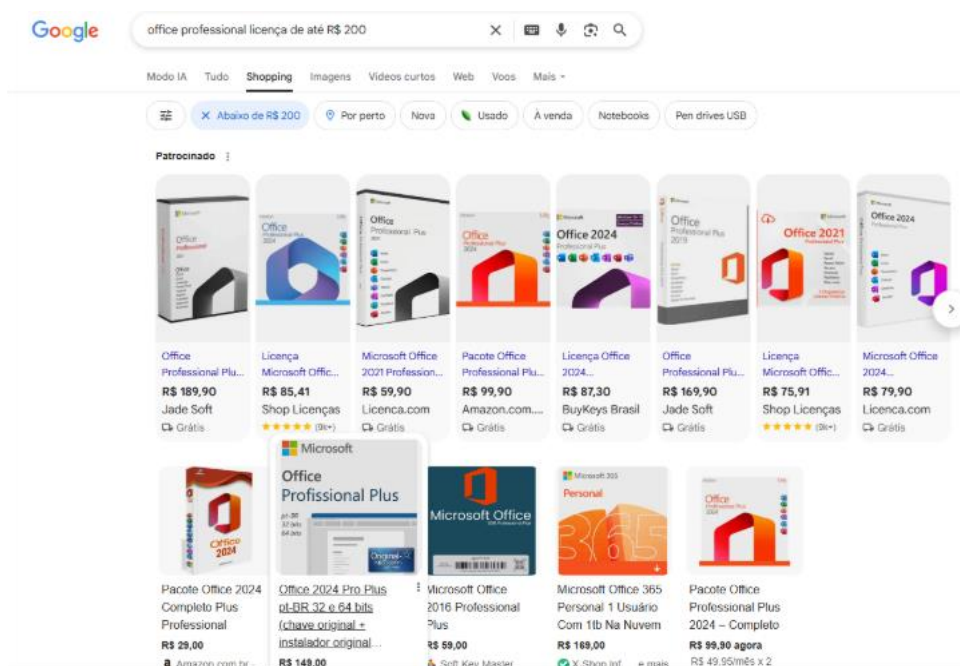
Questionamento 02 para o Item 35:

OFFICE

A prática do uso de software pirata ou conteúdo não legalizado, é um crime previsto na Lei 9.609 / 1998 que protege a propriedade intelectual no Brasil e prevê multa de até 10 vezes o valor original por licença do software. Há ainda outros processos administrativos e judiciais que podem ser movidos contra o usuário do software e conteúdo não legalizado, incluindo as penalizações previstas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- nº 13.709/2018.

Conforme disposto no Termo de Referência deste edital, é solicitado que possua instalado e licenciado o pacote Office.

Diante do crescimento do mercado cinza, a utilização de licenças não originais está também em ascensão. Considerando todas as repercussões técnicas, cíveis e criminais que tais utilizações indevidas ensejam, entendemos que esse órgão adotará exigências e diligências de forma a garantir que receberá produtos com licenças oficiais do Software Microsoft Office. Apenas a título de informação, a licença do Office Home & Business seja ESD ou OEM acrescenta ao preço final do equipamento já com os impostos incidentes, algo em torno de R\$ 1.500,00, ao passo que diversos anunciantes comercializam licenças não originais por valores irrisórios que variam entre R\$ 30,00 e R\$ 200,00. Ver exemplos na imagem a seguir:



É importante que as propostas apresentadas com preços questionáveis e/ou inexequíveis sejam observadas com o objetivo de assegurar a conformidade legal e evitar sanções, por isso, sugerimos a este órgão seguir orientações da própria Microsoft para a obtenção de softwares originais:

Para modalidade ESD:

- Compra exclusivamente nos distribuidores autorizados: Agis, Scansource, Ingram, SND. Importante ressaltar que eles não participam diretamente de editais. São distribuidores oficiais que fornecem licenças genuínas para os licitantes ou fabricantes.

Para modalidade OEM

- Carta do fabricante do equipamento, específica para o certame, informando que a licença é na modalidade OEM e sairá de fábrica pré-instalada.
- Declaração da Microsoft Brasil atestando que o fabricante adquire licenças originais diretamente da Microsoft ou através dos distribuidores autorizados.

Para se prevenir desta situação, alguns órgãos já exigem que a Licitante vencedora apresente carta da Microsoft, direcionada ao certame, atestando que aquela licitante adquire licenças regulares.

Sendo assim, entendemos que para garantir que os equipamentos serão fornecidos com licenças oficiais do software exigido, entendemos que a licitante deverá fornecer as comprovações anteriormente informadas e caso necessário, o órgão diligenciará diretamente a Microsoft ou diretamente ao fabricante do equipamento, conforme o caso, para que estes informem se o licitante fornecerá licenças originais.

Nosso entendimento está correto?

Questionamento 03 Item 35: "Deverá possuir tela de LED, com tamanho mínimo de 15,6”.

Notebooks com tela de 14 polegadas são significativamente mais compactos e leves, facilitando o transporte e a utilização em diversos ambientes, como em viagens de avião, reuniões externas e espaços de trabalho compartilhados. A mobilidade é um fator crucial no mundo corporativo moderno, onde a flexibilidade e a capacidade de trabalhar em qualquer lugar são altamente valorizadas.

Outro ponto a se considerar é que notebooks de 14 polegadas são amplamente adotados no mercado corporativo devido ao seu equilíbrio ideal entre tamanho e funcionalidade. Este formato oferece uma experiência visual confortável sem comprometer a portabilidade, sendo uma escolha popular entre empresas que priorizam a eficiência e a praticidade. É importante ressaltar que a redução de uma polegada no tamanho da tela não compromete a qualidade visual, mas sim melhora a ergonomia do dispositivo.

Notebooks com tela de 14 polegadas são mais fáceis de manusear e ajustar em diferentes superfícies de trabalho, proporcionando uma experiência de uso mais versátil e adaptável às necessidades dos usuários. Ademais, notebooks com tela de 14” são uma tendência crescente no mercado de tecnologia em direção a dispositivos mais compactos e eficientes.

Diante de todo o exposto, entendemos que será aceito notebooks com tela de 14 polegadas, pois não só atenderão às necessidades funcionais da organização, mas também proporcionarão vantagens significativas em termos de mobilidade, ergonomia, tecnologia e eficiência. Está correto nosso entendimento?

ITEM 25 – DESKTOP

Questionamento 01 para o Item 25:

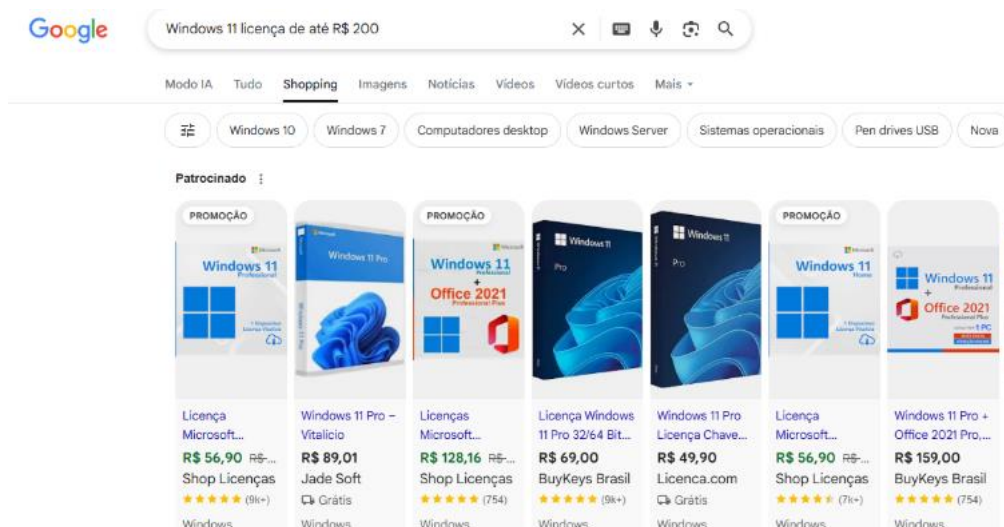
Windows

A prática do uso de software pirata ou conteúdo não legalizado, é um crime previsto na Lei 9.609 / 1998 que protege a propriedade intelectual no Brasil e prevê multa de até 10 vezes o valor original por licença do software. Há ainda outros processos administrativos e judiciais que podem ser movidos contra o usuário do software e conteúdo não legalizado, incluindo as penalizações previstas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- nº 13.709/2018.

Diante do crescimento do mercado cinza, a utilização de licenças não originais está também em ascensão. Considerando todas as repercussões técnicas, cíveis e criminais que tais utilizações indevidas ensejam, entendemos que esse órgão adotará exigências e diligências de forma a garantir que receberá produtos com licenças oficiais do sistema operacional Windows.

Conforme disposto no Termo de Referência deste edital, é solicitado que possua instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR). Dessa forma, é imprescindível que o valor correspondente a essa exigência esteja devidamente considerado na composição da proposta e valor estimado. Apenas a título de informação, a licença do Windows 11 Professional para uso corporativo na configuração solicitada no Edital, acrescenta ao preço final do equipamento com os impostos incidentes, algo em torno de R\$ 1.000,00, ao passo que diversos anunciantes

comercializam licenças não originais por valores irrisórios, abaixo de R\$ 100,00. Ver exemplos na imagem a seguir:



Sendo assim, para fins de comprovação de que o sistema operacional foi licenciado na modalidade OEM original da Microsoft, entendemos que somente serão aceitos equipamentos cuja licença do sistema operacional possua chave da licença (BIOS OEM Key) do sistema operacional Microsoft Windows OEM gravada na BIOS do equipamento. A comprovação poderá ser efetuada usando uma ferramenta de software que demonstre esta característica ou através do comando nativo do sistema operacional "slmgr -dlv".

Além disso, para garantir o fornecimento adequado dos computadores devidamente licenciados, entendemos que poderá ser exigida a apresentação dos seguintes documentos/comprovações:

- Declaração do fabricante da marca dos equipamentos, atestando a instalação de sistema operacional Windows 11 Professional OEM embarcado de fábrica;
- Declaração da Microsoft Brasil atestando que o fabricante adquire licenças originais diretamente da Microsoft ou através dos distribuidores autorizados.

Nosso entendimento está correto?

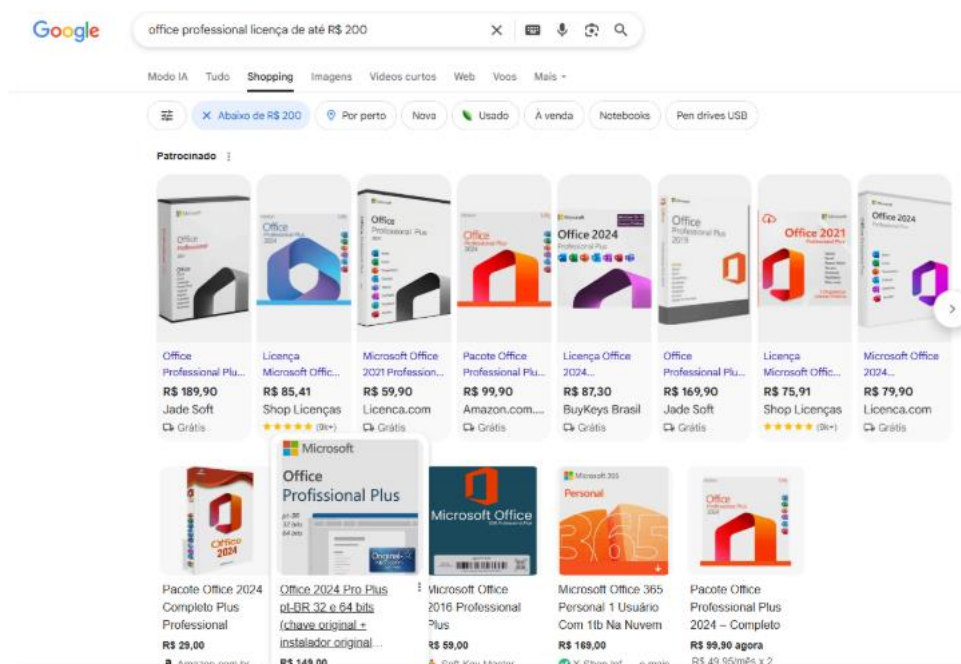
Questionamento 02 para o Item 25:

OFFICE

A prática do uso de software pirata ou conteúdo não legalizado, é um crime previsto na Lei 9.609 / 1998 que protege a propriedade intelectual no Brasil e prevê multa de até 10 vezes o valor original por licença do software. Há ainda outros processos administrativos e judiciais que podem ser movidos contra o usuário do software e conteúdo não legalizado, incluindo as penalizações previstas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- nº 13.709/2018.

Conforme disposto no Termo de Referência deste edital, é solicitado que possua instalado e licenciado o pacote Office.

Diante do crescimento do mercado cinza, a utilização de licenças não originais está também em ascensão. Considerando todas as repercussões técnicas, cíveis e criminais que tais utilizações indevidas ensejam, entendemos que esse órgão adotará exigências e diligências de forma a garantir que receberá produtos com licenças oficiais do Software Microsoft Office. Apenas a título de informação, a licença do Office Home & Business seja ESD ou OEM acrescenta ao preço final do equipamento já com os impostos incidentes, algo em torno de R\$ 1.500,00, ao passo que diversos anunciantes comercializam licenças não originais por valores irrisórios que variam entre R\$ 30,00 e R\$ 200,00. Ver exemplos na imagem a seguir:



É importante que as propostas apresentadas com preços questionáveis e/ou inexequíveis sejam observadas com o objetivo de assegurar a conformidade legal e evitar sanções, por isso, sugerimos a este órgão seguir orientações da própria Microsoft para a obtenção de softwares originais:

Para modalidade ESD:

- Compra exclusivamente nos distribuidores autorizados: Agis, Scansource, Ingram, SND. Importante ressaltar que eles não participam diretamente de editais. São distribuidores oficiais que fornecem licenças genuínas para os licitantes ou fabricantes.

Para modalidade OEM

- Carta do fabricante do equipamento, específica para o certame, informando que a licença é na modalidade OEM e sairá de fábrica pré-instalada.
- Declaração da Microsoft Brasil atestando que o fabricante adquire licenças originais diretamente da Microsoft ou através dos distribuidores autorizados.

Para se prevenir desta situação, alguns órgãos já exigem que a Licitante vencedora apresente carta da Microsoft, direcionada ao certame, atestando que aquela licitante adquire licenças regulares.

Sendo assim, entendemos que para garantir que os equipamentos serão fornecidos com licenças oficiais do software exigido, entendemos que a licitante deverá fornecer as comprovações anteriormente informadas e caso necessário, o órgão diligenciará diretamente a Microsoft ou diretamente ao fabricante do equipamento, conforme o caso, para que estes informem se o licitante fornecerá licenças originais.

Nosso entendimento está correto?